

A DIPLOMACIA A SERVIÇO DA HISTÓRIA: OS ARQUIVOS DIPLOMÁTICOS BRASILEIROS, ITALIANOS, INGLESES E AMERICANOS

João Fábio Bertonha*

Tradicionalmente, a palavra “história diplomática” gera sentimentos pouco animadores nas novas gerações de historiadores, recordando os antigos trabalhos que relatavam os feitos dos reis, suas guerras e seus tratados e que não se conciliariam com as preocupações modernas dos profissionais de História. Por analogia, os arquivos diplomáticos tendem a ser vistos como depósitos de material que só interessam aos diplomatas e às suas necessidades de ter tratados e conferências sempre documentados e à disposição.

Essa visão é equivocada em dois níveis. Em primeiro lugar, a atual historiografia das relações internacionais, que sucedeu a antiga história diplomática, não tem mais nada a dever, em termos de metodologia e técnicas, a outros ramos da pesquisa histórica e o aproveitamento dos arquivos diplomáticos assumiu, por isso, um caráter diferenciado e muito mais interessante do que no passado.

O principal equívoco cometido pelos historiadores, porém, é a propensão de alguns a ver nos arquivos diplomáticos uma fonte exclusiva para os historiadores das relações internacionais, o que os impede de utilizar uma fonte riquíssima também para outros ramos da História.

* Professor da Universidade Estadual de Maringá.

Isso pode ser comprovado, antes de mais nada, por nosso próprio arquivo diplomático, o Arquivo Histórico do Itamaraty que, situado no Rio de Janeiro, conserva a documentação diplomática brasileira até os anos 60. É óbvio que as análises sobre a sociedade brasileira são raras nesse arquivo, mas é uma fonte muito interessante para o estudo da cultura política das elites nacionais em determinados períodos (como fez Tucci Carneiro, por exemplo, em relação ao anti-semitismo na era Vargas – Tucci Carneiro, 1988), dos interesses econômicos e políticos que conduziam a política externa e até mesmo de alguns movimentos internos do país, especialmente quando envolviam, direta ou indiretamente, as comunidades estrangeiras. As revoltas tenentistas dos anos 20, a Revolta da Armada durante o governo Floriano Peixoto, o impacto da proclamação da República no exterior e outros pontos podem ser mais bem conhecidos, assim, pelo exame do material que as representações diplomáticas brasileiras enviavam do exterior e, sobretudo, pelos ofícios das Embaixadas e Consulados estrangeiros enviados ao governo brasileiro. A excelente conservação e organização do arquivo (por países e, em alguns casos, temas) facilita muito esse trabalho.

São os arquivos dos países estrangeiros, porém, que fornecem mais material para o estudo da realidade brasileira. De fato, os documentos diplomáticos são muito interessantes porque revelam o que os diplomatas estrangeiros diziam e pensavam do Brasil e dos brasileiros quando livres das formalidades de ofício e da obrigação de parecerem agradáveis e cordiais. Nesse sentido, o teor dos documentos – cujos autores sabiam que seriam preservados da curiosidade pública por muitas décadas – é o oposto dos entediantes pronunciamentos oficiais e de saudação ao país hóspede e, por isso mesmo, especialmente interessantes.

Parece óbvio que tal documentação carregue uma grande dose de imagens preconcebidas ou mesmo de preconceitos desses diplomatas em relação ao país. Submetidos ao crivo analítico de um historiador treinado, contudo, são fonte preciosa para o conhecimento da realidade brasileira.

Como é de praxe tanto nos arquivos britânicos como nos americanos, nem toda essa documentação está aberta à consulta, principalmente a mais

recente. Documentos tidos como “delicados” podem passar de 30 a 50 anos trancafiados nos arquivos antes de serem liberados ao público. Outros documentos podem sofrer um veto de até 100 anos e não é raro encontrar tirinhas de papel nas pastas indicando documentos fora de consulta. É, porém, procedimento pouco comum e mesmo esse material classificado pode, especialmente no *National Archives* norte-americano, ser negociado com os arquivistas.

Os arquivos franceses já foram examinados no número 3 de *História Social* e muitos outros arquivos (como o alemão e o argentino, por exemplo) também poderiam, obviamente, revelar-se úteis. Nesse texto nos restringiremos, porém, a apenas três deles: os italianos, os ingleses e os americanos.

O arquivo diplomático italiano (*Archivio Storico del Ministero degli Affari Esteri*) está situado no Palazzo Farnesina, em Roma, e, apesar dos horários restritos e da exigência de uma carta de apresentação para brasileiros, seu material está razoavelmente bem conservado e dividido em fundos por períodos e países. No que se refere ao Brasil, o interesse do governo italiano se concentrava, ao menos até a segunda década deste século, nos imigrantes italianos, nas suas condições de vida no Brasil e no seu envolvimento em conflitos e revoluções, como os *raids* antiitalianos em São Paulo em 1892 e 1896 e a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul na última década do XIX.

Além do interesse óbvio desse material para o estudo das relações Brasil-Itália e da imigração italiana para o Brasil, há algum material indireto sobre os acontecimentos mencionados acima e sobre movimentos sociais (anarquismo, socialismo) nos quais os italianos estiveram envolvidos. Não é, porém, um material muito rico quando o interesse do pesquisador não está centrado nas relações bilaterais e nas coletividades italianas instaladas no país.

No período fascista, o governo italiano expressou maior interesse pelo Brasil e os relatórios sobre a economia brasileira, as possibilidades de relacionamento comercial, a estrutura social e, especialmente, sobre a política brasileira aumentam significativamente de número, sendo as análises sobre

o integralismo, o Estado Novo varguista e os movimentos de esquerda brasileiros especialmente interessantes. Contudo, a ênfase do arquivo ainda é a coletividade italiana do Brasil, o que não anula a importância desse material para os estudiosos da política brasileira em geral.

A situação muda de figura em Londres e nos arquivos do *Foreign Office*, recolhidos no *Public Record Office* (PRO), situado em Kew Gardens, na periferia da cidade. Criado em 1838 e conservando a memória dos governos e governantes do Reino Unido desde **1086** (?), o PRO se configura num paraíso na terra para os historiadores em virtude de sua quase inacreditável eficiência, praticidade e ausência de burocracia. No caso dos arquivos do *Foreign Office*, há a necessidade de cruzar, ao menos para o período entre guerras (1918-1939), as informações constantes no velho catálogo de época (convenientemente impresso em dezenas de volumes e onde a indexação é feita documento por documento, o que é o sonho de qualquer historiador) com o novo catálogo, do qual se extraem os números de tombo para os pedidos. Depois de algumas tentativas, porém, é fácil realizar tal conversão e abre-se uma verdadeira mina de ouro – nesse e nos outros fundos, os quais reúnem documentos desde a época do Império (*brasileiro ou inglês?*).

O governo britânico sempre esteve, de fato, muito interessado na economia brasileira e suas análises sobre a mesma são extremamente realistas e ponderadas. A quantidade de documentos sobre a política brasileira, sobre os meandros do poder no Império, na Primeira República, na era Vargas e em momentos mais recentes também é imensa e a influência de Londres sobre o Brasil em certos momentos de nossa História faz dos órgãos diplomáticos britânicos observadores privilegiados de nossa realidade social, política e econômica. Os relatórios sobre os movimentos de esquerda (anarquismo, socialismo e, sobretudo, o comunismo) e direita (nazismo, fascismo e integralismo) que poderiam afetar a ordem social brasileira – e ameaçar, portanto, os interesses e investimentos britânicos – também são extremamente numerosos e informativos, o que faz de uma visita a Kew Gardens uma parada obrigatória para os historiadores interessados nesses temas.

Contudo, em decorrência da geopolítica, nenhum governo estrangeiro esteve mais interessado na sociedade brasileira que o dos Estados Unidos. Isso se refletiu numa grande produção de material sobre o país nos mais diversos órgãos governamentais americanos, sendo os arquivos do Departamento de Estado um dos mais completos a respeito.

Antes de mencionarmos os arquivos do Departamento de Estado, porém, é importante recordar que a documentação da inteligência militar também é muito útil para os historiadores brasileiros. Houve, de fato, várias agências especiais, tanto americanas como britânicas, que se ocuparam da América Latina desde, no mínimo, o entre guerras, e a maioria dos arquivos dessas agências (como o *Office of War Information* inglês; o *Office of Inter-American Affairs*, o *Office of Intelligence Research* americanos e outras) já está disponível para consulta. Nesse sentido, a documentação da CIA é especialmente interessante (Neto, 1997, pp. 22-23 e Correa, 1977).

Voltando ao Departamento de Estado, é mister destacar como a parte brasileira desse arquivo reúne, de fato, uma quantidade incalculável de documentos sobre o país. Há um volume apreciável de material sobre o século XIX, mas o grosso da documentação se refere ao século XX, quando os interesses e as preocupações americanas com o Brasil aumentaram significativamente.

Tal documentação, cuidadosamente preservada no ágil e eficiente *National Archives II*, em College Park (Maryland, perto de Washington), compreende desde coleções de material brasileiro (relatórios e balancetes de empresas e do governo, panfletos e manifestos políticos, boletins sobre população ou saúde pública, recortes de jornais, etc.) até volumosos relatórios sobre a vida política e social brasileira. Tais documentos trazem informação exaustiva sobre, por exemplo, os movimentos de esquerda e direita atuantes no país, a atuação de políticos e industriais, as greves e os movimentos operários e, até mesmo, dossiês quase em formato de crônica, discorrendo sobre a cultura e os mecanismos de convívio social do Brasil no período mencionado.

Outro fator que reforça a sugestão do uso desse material é que, por iniciativa do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), em meados dos anos 80, cerca de 1 milhão de documentos dos arquivos diplomáticos britânicos e americanos foram microfilmados e trazidos para o Brasil. Essa série de microfilmes abrange somente o período 1906-1954 (com um hiato de quatro anos na época da Segunda Guerra) e tem uma classificação um pouco caótica, que sugere uma leitura muito atenta dos guias. Ainda assim, a microfilmagem torna muito mais acessível o uso desse tesouro documental, disponível no Arquivo Edgar Leuenroth da Unicamp (a parte americana) e na Universidade de Brasília (a parte britânica).

Assim, podemos concluir que, pelos arquivos diplomáticos, podemos seguir os caminhos da história do Brasil independente e, especialmente, a do século XX e todas as transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram no país nesse período. Um convite para que os praticantes da história social ou da história política não deixem apenas a seus colegas da história das relações internacionais o privilégio de trabalhar com os arquivos da diplomacia.

Bibliografia

CÔRREA, Marcos Sá. 1977. *1964: visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: L & PM.

NETO, Geneton. 1997. *Dossiê Brasil – As histórias por trás da história recente do Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva.

TUCCI CARNEIRO, Maria L. 1988. *O anti-semitismo na era Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense.

ENDEREÇOS ÚTEIS

National Archives at College Park

8601 Adelphi Road

College Park, Maryland

USA

<http://www.nara.gov> ou gopher.nara.gov

pesquisas gerais. E mail: inquire@arch2.nara.gov

Public Record Office

Kew, Richmond, Surrey

TW9 4DU

United Kingdom

<http://www.pro.gov.uk>

Archivio Storico Ministero degli Affari Esteri

Ministero degli Affari Esteri

Palazzo Farnesina

Roma - Itália

00194

<http://www.esteri.it>